



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL RENI PEREIRA

D.L.

03

Projeto de Lei nº 0.91/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 FEV. 2011

1º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a
"Associação de Moradores
Alto Alegre - AMAL"
do município de Medianeira.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Moradores Alto Alegre - AMAL" com sede e foro no município de Medianeira - PR.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2011.

515-0

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 3981
EM 24/02/11
_____ FUNÇÃOÁRIO


RENI PEREIRA
Deputado Estadual - PSB

JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores Alto Alegre - AMAL é uma entidade civil, sem fins lucrativos que tem como objetivos principais: promover o desenvolvimento comunitário, através de realização de obras e melhorias, proporcionar a melhoria do convívio entre os participantes da comunidade, promover e proporcionar atividades de cunho cultural, social, esportivo, recreativo e beneficente e promover atividades de intercâmbio com outras entidades visando sempre o desenvolvimento da comunidade.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Alto Alegre - AMAL.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 091/2011



Projeto de Lei nº. 091/2011

Autor: Deputado Reni Pereira

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ALTO ALEGRE - AMAL**, do Município de Medianeira, com sede e foro no Município de Medianeira.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 6.994/78 - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ALTO ALEGRE - AMAL**, com sede e foro no Município de Medianeira, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


D. L.
Fis. 44
C

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de fevereiro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

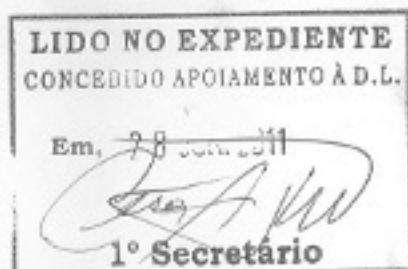

DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Evandro Junior



PROJETO DE LEI Nº 545/11

Decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o **CENTRO EDUCACIONAL DE RESTAURAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERNE**, com sede e foro na Cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2011..

Evandro Junior
Deputado Estadual

Justificativa:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro Educacional de Restauração Nova Esperança – Pr. Ressalta-se a importância desta associação por ser de fins não econômicos, tendo por finalidade o atendimento aos maiores de 18 anos, em regime de internação, orientando, prevenindo, recuperando e ressocializando, através do combate ao uso indevido e em excesso de álcool e drogas ilícitas.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes Públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos, sendo assim, pede o apoio dos nobres parlamentares desta Casa.

**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná***Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**Comissão de Constituição e Justiça***PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 545/2011****Projeto de Lei nº. 545/2011****Autor: Deputado Estadual Evandro Junior**

Súmula: Fica declarada de Utilidade Pública o **Centro Educacional de Restauração Nova Esperança - CERNE**, com sede e foro na Cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Centro Educacional de Restauração Nova Esperança - CERNE**, com sede e foro na Cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 164
C

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.


CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI

RELATOR



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI No.

676/11

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 24 AGO. 2011

Anauto
1º Secretário

**SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE
PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE
PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A
INFÂNCIA – APMI DE BARRAÇÃO**

ART 1º. – Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA – APMI, com sede e foro no município de Barracão/PR.

ART 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, em 24 de agosto de 2011.

ROSE "LITRO"
Deputada Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA – APMI DE BARRAÇÃO, foi fundada em 1969, e, a exemplo de suas congêneres, é instituição sem fins lucrativos e tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, zelando pela saúde, bem-estar e atendimento às necessidades da criança, do adolescente, da gestante, família e pessoa idosa, por meio de diversos programas voltados à essa realidade, tais como:

- Atenção a maternidade e a infância, PR meio de proteção e assistência antes, durante e depois do parto, com orientação e acompanhamento;
- Assistência médica à criança, à gestante e à nutriz;
- Proteção específica pela vacinação às crianças e adultos;
- Assistência familiar à gestante e à criança em estado de desnutrição, principalmente aquele procedentes de família com prole numerosa;
- Proteção e educação de crianças e adolescentes órfãos, abandonados ou em situação de risco pessoal e social que vivem nas vias públicas sujeitas à fome, ao vício, ao analfabetismo, à contravenção e ao crime por falta de amparo, bem como por meio de colocação familiar, internamento e outras medidas;
- Proteção, tratamento e educação de crianças com deficiências físicas, mentais e sociais;
- Divulgação dos princípios básicos de higiene, puericultura e recreação junto à comunidade;
- Proteção, recreação e educação dirigida às crianças cujas mães trabalham fora do lar;
- Cursos profissionalizantes, de desenvolvimento de habilidades e de educação de base, para mulheres e adolescentes, proporcionando às famílias oportunidade de aumento da renda familiar;
- Outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade, da infância e do bem estar da família e da pessoa idosa;



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- Atividades recreativa, esportiva, cultural, de lazer e integração entre grupos da terceira idade.

Pelo caráter beneficente da referida Instituição, que pleiteia sua DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, solicitamos o apoio dos nobres pares.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 676/2011

Projeto de Lei nº. 676/2011

Autora: Deputada Estadual Rose "Litro"

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI de Barracão**, com sede e foro no Município de Barracão - PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Rose "Litro", tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI de Barracão**, com sede e foro no Município de Barracão - PR.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Salienta-se que a Cópia de Alteração do Estatuto Social da presente entidade, devidamente assinada por seus membros e reconhecida em cartório, que altera o artigo 17, dispondo sobre o não recebimento de remuneração, vantagens ou benefícios por parte dos membros da Associação, supre a necessidade de declaração reconhecida em cartório atestando que os membros não recebem remuneração.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO


Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ANTEPROJETO DE LEI N.º 765/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Terra Rica, do imóvel que especifica.

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Terra Rica, de área com 450,00 m², constituída de partes das datas 05 e 06 da Quadra 216, com edificação de madeira, sob Transcrição das Transmissões n.º 632 do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Terra Rica.

Art. 2.º – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para o desenvolvimento de serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3.º – O Município terá o prazo de 2 (dois) anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM N.º 52/2011

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Terra Rica.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois esse contrato em particular visa imóveis certos, incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR
Proc. 11.041.476-5 lhph

Os artigos 6.º e 8.º da Lei Estadual n.º 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos seguintes termos:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

- I – **existência de interesse público devidamente justificado;**
- II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;
- III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;
- IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração. (grifo nosso).

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

- I – De bens imóveis para:

(...)

- f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;

José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e **atender a interesse público cumprimamente demonstrado**. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Sendo assim, resta comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Terra Rica far-se-á um novo imóvel de alvenaria, substituindo o casebre já existente, que será destinado às necessidades do Município.

Desta forma, por se tratar de doação sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

1 CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. RJ: Lumen Juris.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, existindo interesse público, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

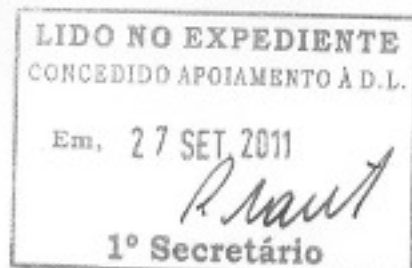
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011
OF CEE/G 139/11



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 26/9/2011

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 52/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Terra Rica.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14-06 27/09/2011 08:47:50 OF 139/2011 LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 765/11

Projeto de Lei nº 765/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 052/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Terra Rica, do imóvel que especifica.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE TERRA RICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 052/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Terra Rica.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I - existência de interesse público devidamente justificado;

II - prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;

III - autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

IV - licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado; (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável**"¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for

¹ CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. EVANDRO JUNIOR
Relator





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 765/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 52/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Terra Rica, do imóvel que especifica.


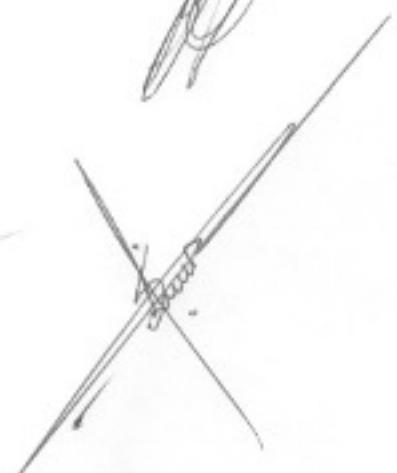
Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente


Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury



**Comissão de Obras Públicas,
Transportes e Comunicação**

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 765/2011

Projeto de Lei nº 765/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 52/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Terra Rica do imóvel que especifica.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei tem por escopo autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Terra Rica, do imóvel que especifica.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº765/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Terra Rica, através da instalação de propostas de interesse da comunidade.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

O projeto em questão visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de um imóvel para o município de Terra Rica, sendo exclusivamente destinado para serviço público municipal, no desenvolvimento de atividades de cunho socioassistencial, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 765/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 52/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 que complementam o texto da Constituição Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente doação do imóvel o Município de Terra Rica terá estrutura legal para trabalhar em prol do benefício único e exclusivo da população.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.





O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada em benefício exclusivo da população do Município de Terra Rica. A partir da regularização do terreno, o imóvel existente no local poderá ser reformado e ampliado para melhor atender as necessidades locais. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 765/11**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 08 de novembro de 2011.

MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão

TERUO KATO

Relator.

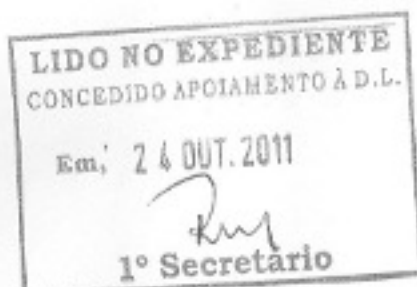


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Projeto de Lei Nº ⁸⁴¹841/2011



Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o Centro Cultural Ilê de Bamba com sede e foro no município de Ponta Grossa.

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual O Centro Cultural Ilê de Bamba de Ponta Grossa, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sede na Rua Traquito, 311 Jardim Ouro Verde, CEP 84046-010, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa/PR, CNPJ nº 05.169.788/0001-88

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2011

Deputado Péricles de Holleben Mello



JUSTIFICATIVA:

A Associação de que trata o presente Projeto de Lei tem como objeto obter a Declaração de Utilidade Pública e traz em seqüência toda documentação necessária para tal, preenchendo os requisitos legais para sua aquisição.

A entidade cuja declaração de utilidade pública será efetivada através, do presente projeto de lei, e representa os anseios da comunidade afro-brasileira no município de Ponta Grossa, através da realização de oficinas, de estudos, publicações e desenvolvimento artísticos das tradições culturais Afro-brasileira, principalmente de uma das mais populares expressões a capoeira e também de outras atividades

A mesma foi instituída no mês de março de 2006, com a finalidade de dirigir atividades desportivas na cidade de Ponta Grossa; cumprir e fazer cumprir todas as legislações esportivas; organizar fichários, padronizar estatutos, regras e regulamentos para seus filiados entre outras atividades, sempre promovendo o desporto, a integração entre atletas e entidades.

Deputado Péricles de Holleben Mello



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 841/2011

Projeto de Lei nº. 841/2011

Autor: Deputado Estadual Péricles de Mello

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o **Centro Cultural Ilê de Bamba**, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Centro Cultural Ilê de Bamba**, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

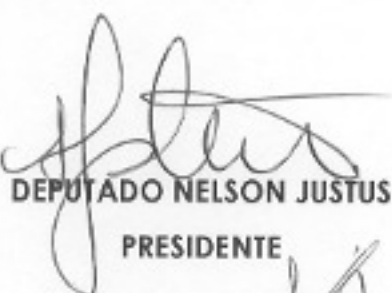


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR









ANTEPROJETO DE LEI N.º 888/2011

Súmula: Acresce o parágrafo 4.º ao artigo 3.º, da Lei n.º 7.231, de 24 de outubro de 1979.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º – O artigo 3.º da Lei n.º 7.231, de 24 de outubro de 1979, alterado pelo artigo 1.º, da Lei n.º 8.172, de 11 de novembro de 1985, e pelo artigo 1.º, da Lei n.º 8.422, de 21 de novembro de 1986, fica acrescido do parágrafo 4.º, com a seguinte redação:

“ § 4.º – Fica a Prefeitura Municipal de Rio Azul, autorizada a doar à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, a área de terra com 47.725,57 m² (quarenta e sete mil setecentos e vinte e cinco vírgula cinquenta e sete metros quadrados) contida em área maior, sob Matrícula n.º 11.239, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças – Estado do Paraná, ficando proibida a transferência, ou cessão a qualquer título, a terceiros, da área doada sob pena de imediato retorno ao imóvel do patrimônio do Município.”

Art. 2.º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantidas as demais condições estabelecidas na Lei n.º 7.231, de 24/10/1979, alterada pela Lei n.º 8.172, de 11/11/1985, publicadas no Diário Oficial, em 29/10/1979 e em 12/11/1985, respectivamente.

Curitiba, 7 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 77/2011

Curitiba, 7 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que solicita a alteração da Lei n.º 7.231, de 24 de outubro de 1979, a qual trata de doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Rio Azul.

A presente alteração objetiva acrescentar o parágrafo 4.º ao artigo 3.º da referida Lei, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Azul a doar à COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná, a área de terra com 47.725,57 m² (quarenta e sete mil setecentos e vinte e cinco vírgula cinquenta e sete metros quadrados) contido em área maior, sob Matrícula n.º 11.239, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças – Estado do Paraná.

O Município de Rio Azul solicita esta modificação, pois necessita do referido imóvel para a construção de casas populares, objetivando beneficiar 84 famílias.

Tendo em vista que, inicialmente o imóvel já era propriedade do Estado, fora doado ao Município, que necessita da anuência do Estado para doar à COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná, não há razões para não se efetuar a alteração do artigo solicitado.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Prot. N.º: 11.133.766-7

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



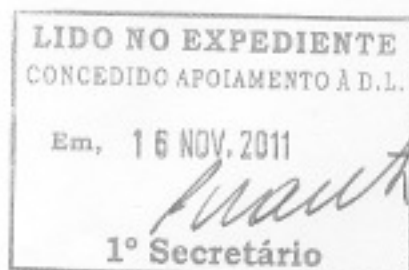
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 7 de novembro de 2011
OF CEE/G 186/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 16/11/11

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 77/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que solicita a alteração da Lei n.º 7.231, de 24 de outubro de 1979, a qual trata de doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Rio Azul.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Carlos Alberto Richa.
CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:16 16/11/2011 000995 DAP (SSJML) 11615.0194 DO PR046



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei nº 888/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 077/11

Súmula: Acresce o § 4º ao art. 3º, da Lei nº 7.231, de 24 de outubro de 1979.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, tem como escopo a autorização do Município de Rio Azul a doar à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, área pertencente ao imóvel doado àquele município através da Lei 7.231/79, conforme especifica.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, insta ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A presente proposição tem como escopo alterar a referida lei que legitimou a doação de imóvel ao Município de Rio Azul no sentido de retirar-lhe o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



gravame de proibição de doação, para o fim específico de autorizar o município a doar parcela do terreno à COHAPAR para a construção de casas populares.

Ressalte-se, ainda, que o projeto em tela está em plena consonância com a regra disposta na Constituição Estadual, que assim dispõe:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objetos de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.


Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Dessa forma, observando-se o cumprimento de todos os requisitos, e ressaltando o pleno escopo de atendimento ao interesse público, também se assevera que o projeto epigrafado não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, bem como se encontra dentro da boa técnica legislativa, frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, em 22 de 11 de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Marcelo Rangel
Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner
MEMBROS
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Bier; Deputado Elton Welter;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 888/2011

Projeto de Lei nº 888/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 77/11

**Súmula: Acresce o parágrafo 4º ao artigo 3º,
da lei nº 7.231, de 24 de Outubro de 1979.**

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 888/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 77/11, objetiva acrescentar o parágrafo 4º ao artigo 3º, da lei nº 7.231, de 24 de outubro de 1979.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 888/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o Município de Rio Azul, com o intuito de acrescentar o parágrafo 3º da referida lei, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Azul a doar à COHAPAR o imóvel contido na matrícula nº 11.239, do cartório de registro de imóveis da Comarca de Rebouças – Estado do Paraná.

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras, L. Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do projeto para beneficiar maciçamente a população de Rio Azul, já que através da regularização do presente imóvel, 84 famílias serão beneficiadas com a construção de casas populares.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 77/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificado, evidenciando de forma clara o mérito proposto em seu conteúdo.

Restam assim grandes benefícios em sua composição para ser avaliado e aprovado por esta Comissão.

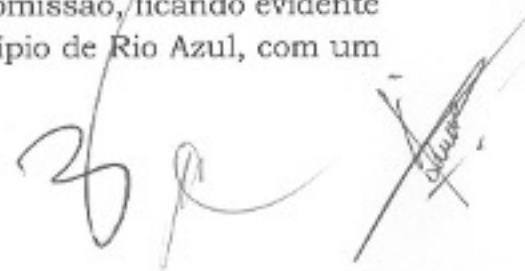
III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta terá benefícios indiscutíveis ao município de Rio Azul, com um trabalho benéfico ao bem estar de toda a população.

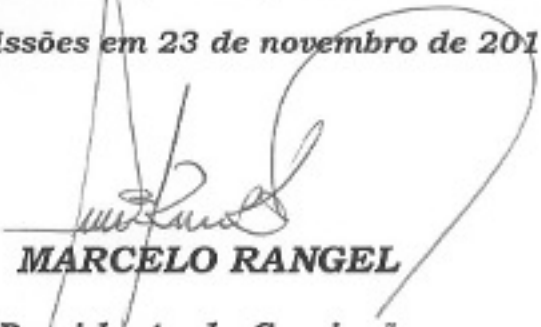


Desta forma opto pela Aprovação do referido **Projeto de Lei 888/11**, em sua forma apresentada.

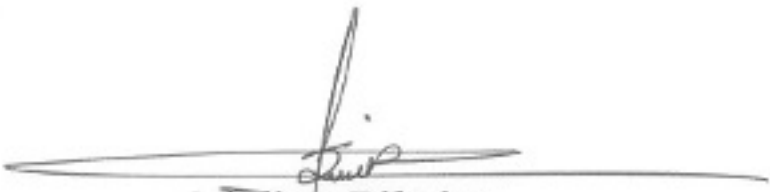
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 23 de novembro de 2011.



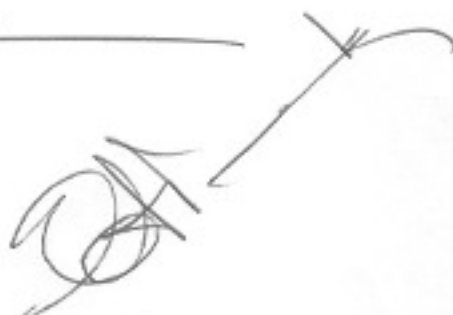

MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Adelino Ribeiro

Relator






Desta forma opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 888/11**, em sua forma apresentada.

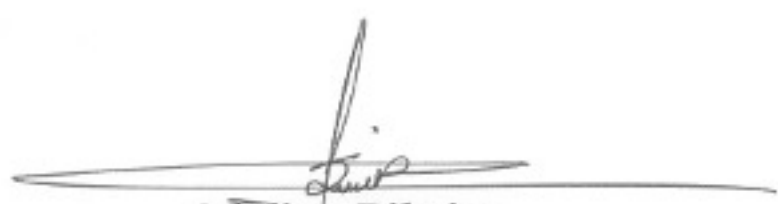
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 23 de novembro de 2011.



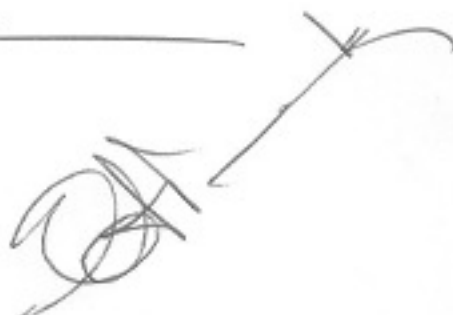

MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Adelino Ribeiro

Relator







Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 888/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 77/11, tem por finalidade acrescentar o parágrafo 4º ao artigo 3º, da Lei nº 7.231 de 24 de outubro de 1979.



Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 2011.



DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente



Relator

ANTEPROJETO DE LEI Nº 903/11

EMENTA: Eleva a Comarca de Jandaia do Sul da entrância inicial para a entrância intermediária e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica a Comarca de Jandaia do Sul, de entrância inicial, elevada para entrância intermediária, desmembrando-se o Juízo Único em 2 (duas) Varas distintas, nos termos do art. 225 da Lei Estadual nº 14.277/2003, e do art. 2º da Lei Estadual nº 16.023/2008.

Art. 2º Fica alterado o artigo 263, da Lei Estadual nº 14.277/2003, com o desmembramento do Juízo Único da Comarca de Jandaia do Sul, acrescido do inciso XXXIII e alíneas a e b, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 263. Fica criado nas Comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I -

(...)

XXXIII - na Comarca de Jandaia do Sul:

- a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;*
- b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família."*

Art. 3º Fica alterado o art. 264 da Lei referida no art. 2º, pela elevação da Comarca de Jandaia do Sul à entrância intermediária, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 264. Ficam elevados à entrância final a Comarca de Guarapuava e à entrância intermediária as Comarcas de Guaratuba, Matinhos, São Mateus do Sul, Sarandi, Andirá, Chopinzinho, Matelândia, Quedas do Iguaçu e Jandaia do Sul."

Art. 5º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária para a Comarca de Jandaia do Sul.

Art. 6º Ficam alterados os Anexos I, II, Tabela 2, IV, V, VII e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 2º.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
 CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
 CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL

ANEXO I

COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL		COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA		COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL	
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	1 Andaraí	36 Medianeira	1 Alto Paraná	36 Joaquim Távora
I	Foro Central de Curitiba	2 Apucarana	37 Nova Esperança	2 Alto Piquiri	37 Mallet
II	Foro Regional de Almirante Tamandaré	3 Araucárias	38 Palmas	3 Altonia	38 Mamboré
III	Foro Regional de Araucária	4 Assaí	39 Parolândia	4 Antonina	39 Mandaguari
IV	Foro Regional de Campina Grande do Sul	5 Assis Chateaubriand	40 Parnaguá	5 Arapoti	40 Mandaguari
V	Foro Regional de Campo Largo	6 Astorga	41 Paranával	6 Barbosa Ferraz	41 Mandaguari
VI	Foro Regional de Colombo	7 Bandeirantes	42 Pato Branco	7 Barracão	42 Manoel Ribas
VII	Foro Regional de Foz de Iguaçu	8 Bela Vista do Paraíso	43 Peabiru	8 Bocaiúva do Sul	43 Marilândia do Sul
VIII	Foro Regional de Pinhais	9 Cambé	44 Pitanga	9 Camboré	44 Marmeleiro
IX	Foro Regional de Piraquara	10 Campo Mourão	45 Porecatu	10 Campana da Lagoa	45 Morretes
X	Foro Regional de São José dos Pinhais	11 Capanema	46 Quedas do Iguaçu	11 Cândido de Abreu	46 Nova Fátima
2	Cascavel	12 Castro	47 Rio Branco do Sul	12 Cantagalo	47 Nova Londrina
3	Foz de Iguaçu	13 Chopinzinho	48 Rio Negro	13 Capitão Leônidas Marques	48 Ortigueira
4	Guarapuava	14 Cianorte	49 Rolândia	14 Carapicó	49 Palmeira
5	Londrina	15 Colorado	50 Santo Antônio da Platina	15 Catanduvas	50 Palmital
6	Maringá	16 Cornélio Procopio	51 Santo Antônio do Oeste	16 Centenario do Sul	51 Paraisópolis do Norte
7	Ponta Grossa	17 Cruzeiro do Oeste	52 São Mateus do Sul	17 Cerro Azul	52 Paranacity
		18 Dois Vizinhos	53 Sarandi	18 Cidade Gaúcha	53 Pádua
		19 Francisco Beltrão	54 Telmaco Borba	19 Clevelândia	54 Pinhão
		20 Goleópolis	55 Toledo	20 Congonhinhas	55 Pirai do Sul
		21 Guaíra	56 Umuarama	21 Corbélia	56 Primeiro de Maio
		22 Guaratuba	57 União da Vitória	22 Coronel Vinícius	57 Prudentópolis
		23 Ibaiti	58 Wenceslau Braz	23 Curitiba	58 Realeza
		24 Ipiranga		24 Engenheiro Beltrão	59 Rebouças
		25 Irati		25 Faxinal	60 Reserva
		26 Ivaiporã		26 Formosa do Oeste	61 Ribeirão Claro
		27 Jacarezinho		27 Grandes Rios	62 Ribeirão do Pinhal
		28 Lapa		28 Guaraniaçu	63 Seta do Leste
		29 Jandaia do Sul		29 Icaraima	64 Santa Fé
		30 Laranjeiras do Sul		30 Imbituva	65 Santa Helena
		31 Londrina		31 Ipiranga	66 Santa Izabel do Ivaí
		32 Marechal Cândido Rondon		32 Iporã	67 Santa Mariana
		33 Marilva		33 Irelândia	68 São Jerônimo da Serra
		34 Matelandia		34 Jaguapitã	69 São João do Ivaí
		35 Matinhos		35 Jangueira	70 São João do Triunfo

D. L.
 Fls. 93

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	COMARCA / VARA	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
18ª	APUCARANA	APUCARANA	INTERM	1		1
		Jandaia do Sul	INTERM			0
		Marilândia do Sul	INICIAL			0



<p align="center">PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV</p>	

JANDAIA DO SUL - Comarca de Entrância Intermediária	
FORO JUDICIAL	
Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	
Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família	
Juizado Especial Cível e Criminal	
Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	
Tabionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabionato de protesto de títulos	
1º Serviço de registro de imóveis, acumulando, precariamente, o Serviço de registro civil das pessoas naturais e o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas	
2º Serviço de registro de imóveis	
SERVIÇO DISTRITAL	
Serviço distrital de Born Sucesso	
Serviço distrital de Marumbi	
Serviço distrital de Kaloré	
Serviço distrital de São Pedro do Ivaí	
Serviço distrital de São José	
(1) Serviço distrital de Jussara	

(1) = SERVENTIA PARA EXTINGUIR NA VACÂNCIA.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - ANEXO VII

COMARCAS	Juiz de Direito Especial Cível	Juiz de Direito Especial Criminal	Juiz de Direito Especial Cível e Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível	Secretário do Juizado Especial Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível e Criminal	Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível	Oficial de Justiça do Juizado Especial Criminal	Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível e Criminal	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Criminal	Auxiliar Administrativo do Juizado Especial Cível e Criminal	Contador e Avaliador	Secretário de Turmas Recursais	Secretário do Conselho de Supervisão	Total
ENTRÂNCIA															
Jandala do Sul											2				2
ENTRÂNCIA															
Jandala do Sul															

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

ENTRÂNCIA INICIAL

Comarca elevada a entrância intermediária



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1						
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA						
Jandaia do Sul			1			1
ENTRÂNCIA INICIAL						
Jandaia do Sul						
Comarca elevada a entrância intermediária						





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado dos autos protocolado sob nº 129.572/2008, vol. 1 e 2; mais 2 (dois) apensos, 159.064/2006 e 160.106/2006, altera a Lei Estadual nº 14.277/2003 (CODJ) e tem por finalidade promover a elevação da Comarca de Jandaia do Sul da entrância inicial para a entrância intermediária, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços nas diversas Comarcas.

A proposta prevê ainda, o desmembramento do Juízo Único em duas Varas distintas, nos termos do estabelecido no art. 225, inciso II, da Lei Estadual nº 14.277/2003, combinado com o art. 2º. da Lei 16.023/2008.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

A nova composição da Comarca abrangerá duas Varas (Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família) e atenderá uma população de aproximadamente 45.630 habitantes (IBGE-2010) e um total de 12.136 processos em andamento (Boletim de Movimento Forense 2010-CGJ).

A elevação de entrância da Comarca de Jandaia do Sul, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em manifestação datada de 31 de maio de 2010 e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 11 de novembro de 2011.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a complementação de subsídio de um magistrado de entrância inicial para entrância intermediária, o desmembramento do Juízo Único em duas varas distintas com a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, totaliza o valor anual aproximado de R\$ 420.000,00



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



(quatrocentos e vinte mil reais), despesa a ser suportada pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao período de setembro/2010 a agosto/2011, situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assinatura manuscrita.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que eleva a Comarca de Jandaia do Sul da entrância inicial para intermediária, desmembrando o juízo único, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 16 de novembro de 2011.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

D. L.
Fls. 11

Curitiba, 16 de novembro de 2011.
Of. nº 1.602/2011-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, 18/11/2011

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 21 NOV. 2011

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a elevação da Comarca de Jandaia do Sul da entrância inicial para intermediária, desmembrando o juízo único.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



ANÁLISE AO PROJETO DE LEI Nº 903/11

Projeto de Lei nº. 903/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Eleva a Comarca de Jandaia do Sul da entrância inicial para a entrância intermediária e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual n.º. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

EMENTA: ELEVA A COMARCA DE JANDAIA DO SUL DA ENTRÂNCIA INICIAL PARA A ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa elevar a Comarca de Jandaia do Sul da entrância inicial para a entrância intermediária, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado.



FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:
I - aos tribunais:**

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão



judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

•

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

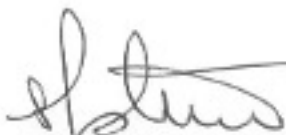


CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de análise prévia, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,²⁸ de Novembro de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 903/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1602/11, com o objetivo de elevar a Comarca de Jandaia do Sul da entrância inicial para a entrância intermediária e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Quando da análise pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em questão.

Sob o foco desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Com relação ao impacto financeiro da presente proposta, totaliza o valor anual aproximado de R\$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), a ser suportado pelo parlamento próprio do Tribunal de Justiça.

Ressalta-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes com o Projeto em tela possui adequação com a lei orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2008 – 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Assim sendo, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

Assinaturas manuscritas:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 30/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR





ANTEPROJETO DE LEI N.º 908 /2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externa, na forma que indica, e dá outras providências.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 8,500,000.00 (oito milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinados a financiar parcialmente a execução do Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (Profisco-PR), observadas as normas legais pertinentes.

§ 1.º Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo obedecerão às normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica e financeira da União, observadas as normas propostas pelo Agente Financeiro.

§ 2.º Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta Lei serão depositados em conta específica para tal finalidade.

Art. 2.º A operação de Crédito de que trata esta Lei será garantida pela República Federativa do Brasil.

§ 1.º Para obter garantia da União na referida operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias às garantias da União durante o prazo de vigência do contrato, podendo, para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155, conforme previsto no § 4.º do artigo 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas no momento suficiente para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.

§ 2.º O procedimento autorizado no *caput* deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplemento, na data do vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 3.º O Poder Executivo consignará dotações próprias nos Orçamentos Anuais e no Plano Plurianual do Estado, durante o prazo estabelecido para o financiamento, necessárias ao atendimento da contrapartida financeira do Estado no programa e a amortização do principal e dos acessórios resultantes, em conformidade com as disposições contidas no art. 1.º da presente Lei, bem como outras garantias em direito admitidas no momento como suficientes para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 4.º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:

I – firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (Profisco-PR);

II – abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recursos as formas previstas no § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do programa.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 89/2011

Curitiba, 9 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externa, na forma que indica.

No primeiro semestre do corrente ano, o Governo do Estado encaminhou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão uma Carta-Consulta elaborada pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, com a finalidade de aderir ao Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal – Profisco, programa nacional que visa à modernização dos fiscos estaduais e ao compartilhamento de experiências e soluções para gerar sinergia e resolver os problemas relativos à administração tributária de forma mais eficaz e com uso mais eficiente dos recursos públicos.

No Paraná, o Profisco recebeu o nome de "Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (Profisco-PR)", e será formado pelos seguintes componentes e subcomponentes:

Componente I – Integração da Gestão Fazendária

- subcomponente 1: aperfeiçoamento organizacional e integração da gestão fazendária;

- subcomponente 2: cooperação interinstitucional nacional e internacional.

Componente II – Administração Tributária e Contencioso Fiscal

- subcomponente 3: melhoria da eficiência e da eficácia da administração tributária;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Prot. n.º 11.271.620-3 (hph/cf)

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jaci Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



◦ subcomponente 4: aperfeiçoamento da gestão do cadastro e implantação do sistema público de escrituração digital;

◦ subcomponente 5: melhoria da eficiência e da eficácia da administração do contencioso fiscal.

Componente III – Administração Financeira, Patrimonial e Controle Interno da Gestão Fiscal

◦ subcomponente 6: melhoria da eficiência e da eficácia da administração financeira.

Componente IV – Gestão de Recursos Corporativos

◦ subcomponente 7: modernização e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação na área fazendária.

O custo estimado para os projetos é de US\$ 10,625,000.00 (dez milhões, seiscentos de vinte e cinco mil dólares norte-americanos), sendo que desse montante 20% (vinte por cento) refere-se à contrapartida do Estado, no valor de US\$ 2,125,000.00 (dois milhões cento e vinte e cinco mil dólares norte-americanos). O prazo de execução é de quatro anos.

Os referidos valores foram previstos no Plano Plurianual do Estado (PPA) 2012-2015 e no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) – 2012, já enviados à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e estão aderentes ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal coordenado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Face ao exposto, fica ressaltada a relevância do Profisco para o aperfeiçoamento da ação governamental no segmento de gestão fiscal, que por meio de seus componentes e subcomponentes abrange importantes iniciativas direcionadas ao aperfeiçoamento da administração tributária do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

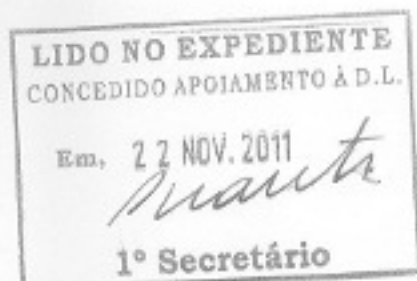

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 9 de novembro de 2011
OF CEE/G 189/11



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências
Em, 21/11/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 89/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externa.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

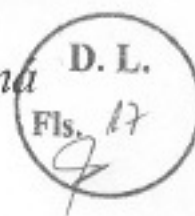
CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14112 22/11/2011 080374 08 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 908/11

Projeto de Lei nº. 908/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 089/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências.

EMENTA: AUTORIZA PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO ATÉ O MONTANTE DE US\$ 8.500.000,00, JUNTO AO BID DESTINADOS A FINANCIAR PARCIALMENTE A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ARTS. 14, 15, 29 E 32 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 8.500.000,00, junto ao BID, destinados a financiar parcialmente a execução do Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (Profisco-PR).

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

1 – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (gritos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- II - as diretrizes orçamentárias anuais;
- III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

- VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto de lei ora em tela, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Não obstante, a Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Cabe ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e as condições à realização da operação de crédito, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar supramencionada:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que **competete privativamente ao Governador do Estado** iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, bem como realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIX – realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia (grifos nossas)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 908/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 89/11, com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$8,500,000.00 (oito milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de desenvolvimento – BID, destinados a financiar parcialmente a execução do Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (Profisco-PR), observadas as normas legais pertinentes.

Preliminarmente ressaltamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após a devida análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que cabe a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que a Constituição do Estado em seu art. 65 assegura ao Governador do Estado a iniciativa deste tipo de matéria. Além do que, compete privativamente ao Governador do Estado (art. 87, C.E.), iniciar o processo legislativo, quando tratar-se de realização de operações de crédito, como a constante da presente proposta.

Informa ainda o autor que a contratação da operação de crédito, está em consonância com o art. 43, § 1º, IV, da Lei Federal nº 4320/64 (Lei Orçamentária Federal).

Com base no acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

D. L.

Sala das Comissões,

30/11/14

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 908/11

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 89/2011, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “*autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID,*” destinados a financiar parcialmente a execução do Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (Profisco-PR).

Os recursos de que trata este crédito externo deverá envolver à modernização dos fiscos estaduais a ao compartilhamento de experiências e soluções para gerar sinergia e resolver os problemas relativos à administração tributária de forma mais eficaz e com uso mais eficiente dos recursos públicos.

O custo estimado para os projetos é de US\$ 10.625.000,00 (dez milhões, seiscentos e vinte e cinco mil dólares norte americanos), sendo que desse montante 20% (vinte por cento) refere-se à contrapartida do Estado, no valor de US\$ 2.125.000,00 (dois milhões cento e vinte e cinco mil dólares norte americanos). O prazo de execução é de quatro anos. Os referidos valores estão aderentes ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal coordenado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. *

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos



instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

"Art. 135 São vedados:

V — a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 05/12/2011

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP.

RELATOR



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 035/11

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de novembro de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART. 1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de novembro de 2011.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 07 de dezembro de 2011.

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 037/2011

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a Proposição em tela, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de novembro de 2011, regulamentado pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria em epígrafe, em atendimento a essas despesas, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo sua aprovação dada a sua exatidão.

Pelo exposto, conclui este Relator, pela aprovação da presente Proposição.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala as Comissões em, 07 de dezembro de 2011

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator